

Gênero: saberes e sabores a interrogar a vida e a teologia

Tânia Mara Vieira Sampaio

Em uma *hermenêutica de gênero* o processo de leitura da realidade procura privilegiar os movimentos e momentos de encontro e diálogo entre as experiências de vida de quem procede à leitura e as das pessoas identificadas no processo analítico, em suas sucessivas realidades cotidianas. A concepção das relações sociais de gênero apresenta-se como um novo paradigma, capaz de não simplesmente visibilizar mulheres e/ou grupos oprimidos, mas de iluminar as descobertas sobre a estruturação das opressões e dos jogos de poder que organizam discursos normativos e estabelecem controles sociais. Mais que um encontro entre histórias de vida, esse jeito de ler a realidade quer demarcar uma nova trajetória dos paradigmas de construção dos conhecimentos e de decodificação dos discursos.

Os estudos mediados pela categoria de gênero evidenciam os processos normativos de construção do saber visando a des-naturalização de processos que são socialmente construídos e a análise das relações sociais de poder. Este procedimento analítico considera o poder não como uma instância absoluta e estática, mas como um conjunto de forças que se move entre-contra-sobre-com os diversos sujeitos sociais. Portanto, trata-se da análise das distintas parcelas *de poder* vividas pelos grupos sociais em uma determinada estrutura social.

O propósito de mapear as relações sociais de gênero, na multiplicidade

dos movimentos cotidianos é uma tomada de posição teórico-metodológica. Esta, por sua vez, incide em uma atitude de ruptura epistêmica com as pretensões de neutralidade na produção do conhecimento ou da hermenêutica. A perspectiva que ora se propõe não está desprovida de pressuposições e influências do contexto de quem procede a tarefa hermenêutica; tampouco o estão as outras leituras com as quais qualquer discurso teológico estabelece diálogo e confronto.

As construções de saber são datadas, contextualizadas, sexuadas, racificadas, socialmente classificadas e implicam em relações de poder que precisam ser identificadas para desencadear processos de des-construção e construção. “Produção do saber e exercício do poder, longe de se constituírem em esferas estanques e separadas, aparecem historicamente indissociadas.” (NUNES, 1995,10) A correlação evidente entre poder e saber, trará consigo, portanto, a pergunta pelo método de construção do conhecimento e seus pressupostos básicos.

O marco teórico em que se inscreve a concepção de um sujeito identificado com a escolha do objeto e do método de trabalho reafirma a neutralidade como um mito. Traz também à tona o questionamento de uma objetividade pura para se associar aos estudos que afirmam ser a *objetividade situada* a única concebível. Além de ser

datada, sexuada e racificada, implica tanto eliminar as dualidades sujeito-objeto, objetividade-subjetividade, racionalidade-emotividade, público-privado, pessoal-político etc., como questionar o caráter genérico, universal e atemporal das hermenêuticas e dos conhecimentos.

Com base nesses pressupostos de contextualização da objetividade da tarefa analítica, não é estranho admitir a subjetividade como parte integrante do método, resguardando-a da falácia de uma produção de conhecimento capaz de atingir concepções totalizantes e absolutas. A dinâmica objetividade-subjetividade significa assumir que quem produz o saber imprime af seus condicionamentos pessoais e compromissos diante da realidade; por conseguinte, a escolha do objeto, método e categorias traz essa marca. Todavia, é preciso considerar que admitir a subjetividade não significa assumir uma relativização total de métodos e resultados. Não se trata, tampouco, de cada um dizer o que pensa a respeito nem de legitimar qualquer tipo de interpretação. Admite-se aqui a subjetividade como integrante do método e integrada ao arcabouço científico que possibilita a análise e a produção de saber.

A mediação de gênero pretende contribuir para problematizar posturas hermenêuticas que anunciam como *pontos de chegada, portos seguros e finais* aquilo que é transitório. Tal procedimento obscurece a memória da

provisoriamente, fragilidade e pluralidade, comuns às experiências humanas em suas relações, inclusive com o transcendente.

Pode-se como perspectiva de trabalho com a categoria gênero privilegiar a análise que se ocupa em descrever as relações cotidianas, os movimentos de mulheres e homens no interior da casa, nos locais de trabalho, nas festividades públicas, nas práticas religiosas... Admite-se o cotidiano como espaço significativo das relações sociais – por nele acontecerem as lutas e transformações sociais –, não se limitando, portanto, a considerá-lo mero lugar de repetição.

A opção metodológica de reconhecer a relevância dos aspectos do cotidiano para formular as perguntas à realidade possibilita aproximar-se dos desejos, anseios, sonhos, ausências e processos de resistência presentes na construção das experiências de vida das pessoas e de suas comunidades. Ademais, ajuda a clarear que as grandes questões políticas, econômicas, sociais ou religiosas não são as únicas importantes. Na experiência cotidiana, composta de inúmeros detalhes – e que, por isso, corre o risco de parecer supérflua à análise – acontece, de fato, a construção das relações sociais de poder.

O que conduz a investigação, baseado na categoria de gênero, é o propósito de superar a dicotomia entre o concreto das relações humanas e os raciocínios abstratos das formulações teológicas. Daí a opção por um trabalho de aproximação do cotidiano, privilegiando-se as relações sociais de poder presentes na dinâmica movimentação dos corpos para afirmar tanto a sua própria existência no mundo, como afirmar as demais existências que lhes animam.

Nesse sentido, há que *aliar à di-*

menção de gênero a dimensão da complexidade com seus desafios de inaugurar novas percepções do mundo, das relações e da diversidade de manifestações da vida. Abertura para uma percepção de interdependência e conexão destas expressões plurais de vida do ecossistema, nas quais se localiza a expressão de vida dos seres humanos como uma parte, um fio dessa grande teia da vida. Não necessariamente o ser mais importante, nem mesmo centro da vida, mas como outro distinto e fundamental.

Nas palavras do Chefe Seattle, um líder indígena dos EEUU, aproximadamente no ano 1852, citados na obra de Campbell, encontramos um desafio à re-significação das relações dos seres humanos com a natureza: “a terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que acontecer à terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.” (CAMPBELL, 1990, 33-36)

Destaque deve ser dado a estas cosmovisões que aproximam horizontes há tempos vivenciados por nações indígenas e anunciadas no desafio dos físicos para alcançarmos uma nova percepção do mundo e suas complexas redes de sentido. Na expressão de Albert Einstein: “os seres humanos são uma parte do todo que nós chamamos de Universo, uma pequena região no tempo e no espaço. Eles consideram a si mesmos, suas idéias e seus sentimentos como separados e à parte de todo o resto. É como uma ilusão de ótica em suas consciências. Essa ilusão é uma espécie de prisão. Ela nos restringe às nossas aspirações pessoais e limita nossa vida afetiva a umas

poucas pessoas muito próximas de nós. Nossa tarefa seria livrar-nos dessa prisão, tornando acessível nosso círculo de compaixão de forma a abraçar todas as criaturas vivas e toda a natureza em sua beleza.” (apud RUSSEL, 1991)

Soma-se a estas palavras desafiantes a perspectiva do físico Ilya Prigogine em seu livro *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza* quando afirma uma nova formulação das leis da natureza “que não mais se assenta em certezas, como as leis deterministas, mas avança sobre possibilidades” Se não mais podemos nos assegurar nas certezas antigas, estamos em um momento no qual se pode “avançar sobre possibilidades” e este constitui-se o horizonte teórico que perpassa nossa reflexão teológica.

Tempo de possibilidades, é o tempo anunciado também para a teologia para que re-visite seus “dogmas”. Os saberes humanos, construídos em códigos de linguagem disponíveis, comuns a várias ciências, também estão sob “suspeita”, não há como afirmar, senão provisórias e incertas certezas, a despeito de toda a objetividade metodológica.

Na afirmação intrigante de Ivone Gebara o debate epistemológico a partir do feminismo e da ecologia profunda nos desafia “a arrumar os sentidos e os conhecimentos de um outro jeito. Por isso, um passo importante a ser dado é repensar o conhecimento, isto é, nossa epistemologia para, a partir daí, captar de outra maneira os sentidos de nossa existência.” (GEBARA, 1997:24) Em seu texto o desafio é para jamais deixar adormecer a energia inquiridora da mente, a nunca deixar de questionar o que parece óbvio e definitivo. *Contra dogmatismos... o movimento da vida!*

Entre os caminhos epistêmicos de

superação dos impasses, é fundamental explicitar as contribuições advindas das teorias da complexidade e das teorias gênero. A primeira, que pensa o ecossistema em sua dimensão interdependente e complexa, no qual o ser humano inclui-se, não como superior, mas como distinto, inaugurando uma nova percepção que propõe relações de conexidade entre seres vivos diferentes na perspectiva de redes. A segunda, com suas ênfases nas relações sociais assimétricas entre homens e mulheres; na demarcação da não homogeneidade destes grupos sociais, agregando-se a essa reflexão a constatação das assimetrias étnicas e de classes sociais. Ambas as teorias, têm impulsionado revisões conceituais de muitas ordens superando a fragmentaridade de nossas abordagens epistêmicas.

Do questionamento das desigualdades sociais baseadas nas diferenças de ordem biológica, chegou-se a interrogar milenares afirmações de inferioridade das mulheres em relação a homens, de negros em relação a brancos, do ecossistema em relação a seres humanos devido à natureza intrínseca de cada um destes seres.

Entre as decorrências surgiu a urgência de uma revisão antropológica que contemplasse as construções históricas e sociais “naturalizadas” ao longo das épocas obscurecendo os jogos de poder embutidos nestas descrições de papéis e relações. Outrossim, não tendo o eixo econômico como exclusivo as pessoas puderam ser percebidas como seres não apenas constituídos de necessidades, mas de desejos e paixões, com todas as implicações para as relações humanas, sociais e ecossistêmicas que isto possa significar.

O resgate do corpo como lugar fmpar da experiência de estar vivo, do

sentir-pensar, lugar das relações, das circulações de poder que oprimem e libertam... um fio da grande teia, foi decisivo nessa novidade epistêmica e, por conseguinte, é dado relevante para o resgate do trato com o ecossistema.

Nesse momento, vale ressaltar alguns avanços antropológicos como os que formulam a superação de concepções de mundo e relações de caráter androcêntrico para uma perspectiva antropocêntrica. No entanto, cabe dizer que se essa mudança resolve a descentralização da matriz cultural masculina como parâmetro para o humano, ela não altera a percepção de centralidade do humano para entender o ecossistema em suas relações.

Esse debate nos coloca novamente diante da necessária crise de percepção que apresenta a interdependência de tudo o que forma o ecossistema e produz vida na forma de desafio para pensarmos os seres humanos como parte dessa grande “teia da vida”. Uma visão que certamente terá que abdicar da concepção de centralidade. Seja ela divina ou humana ou cósmica. Nem mais teocêntrica, nem mais andro/antropocêntrica, **nem qualquercoisacêntrica!**

Afirmamos aqui, provisoriamente, uma concepção que “explode” o centro para dar lugar a uma concepção de relações de mútuas interdependências; sem que isto desqualifique o ser humano, mas o re-signifique na relação de perceber-se como parte necessária e com necessidades de toda a complexa e múltipla diversidade do que existe no ecossistema.

Referências bibliográficas

- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito – com Bill Moyers*. São Paulo: Associação Palas Athena, 1990.
GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Olho d'água, 1997.
NUNES, Maria José F. R. “Gênero: saber,

poder e religião”. In: *Mandrágora* nº 2, Estudos Feministas e Cristianismo. Pós-graduação em Ciências da Religião, Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, 1995.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: EDUSP, 1996.

RUSSEL, Peter. *O despertar da terra. O cérebro global*. São Paulo: Cultrix, 1991

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. *Movimentos do Corpo Prostituído da Mulher. Encontros e Desencontros teológicos*. São Paulo: Loyola, 1999.

Tânia Mara Vieira Sampaio, teóloga e pastora metodista; professora no Curso de Mestrado em Educação Física – UNIMEP; Coordenadora Regional para América Latina e Caribe – EATWOT/ASETT – Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo;

tsampaio@unimep.br